

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Plano de Ação Governamental

BIÊNIO 2021-2022

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 5



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria Geral de Planejamento,
Coordenação e Finanças (DGPCF)

Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Ricardo Rodrigues Cardozo
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. José Carlos Maldonado de Carvalho
1ª VICE-PRESIDENTE

Des. Marcos Henrique Pinto Basílio
2ª VICE-PRESIDENTE

Des. Edson Aguiar de Vasconcelos
3º VICE-PRESIDENTE

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Plano de Ação Governamental PAG Biênio 2021/2022

Fundamentação legal

O PAG está fundamentado nos preceitos pautados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e observa as normas e procedimentos voltados ao planejamento, à geração de despesas e à transparência da gestão de recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), portanto, é a principal fonte reguladora da execução do Plano de Ação Governamental – PAG, tendo em vista assegurar a qualidade da gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas, além de zelar pela aplicação planejada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como pela preservação e conservação do patrimônio público e pela compatibilidade do planejamento com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos destinados ao custeio e ao investimento, aplicados na execução dos programas do Plano de Ação Governamental – PAG, são regidos pelas normas estaduais: Lei nº 2.524/1996 (Criação do FETJ), Lei nº 2.836/1997 (altera os artigos 2º, II, e 3º, V, da Lei nº 2.524/1996) e Lei nº 3.217/1999 (autoriza a transferência de novas receitas para o FETJ).

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Apresentação

O Plano de Ação Governamental - PAG apresentado para o presente biênio, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021, está alinhado ao Planejamento Estratégico do PJERJ delineado para 2021/2022 e estruturado em consonância com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA 2020/2023).

Para a realização das ações planejadas e a consecução dos objetivos definidos no Plano de Ação Governamental - PAG, estão dispostos no Orçamento autorizado de 2021, assim como estarão dispostos na Proposta Orçamentária para 2022, os recursos destinados à sua execução.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Macro-objetivos

Por definição, os macro-objetivos constituem-se nos pilares que norteiam a elaboração e orientam a execução do Plano de Ação Governamental – PAG apontando para sua finalidade. São eles:

- **Avaliar e Acompanhar**

A evolução das despesas públicas administradas pelo PJERJ em atendimento aos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e aos preceitos decorrentes de seus artigos 16 e 17, que tratam da geração da despesa pública e da despesa obrigatória de caráter continuado;

- **Disciplinar**

A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, permitindo a fixação de prioridades em prol do equilíbrio fiscal, observada a continuidade dos projetos em andamento, de acordo com o disposto no artigo 45 da LRF, que trata da preservação do patrimônio público;

- **Compatibilizar e Adequar**

Os programas do referido Plano com o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA; e,

- **Assegurar**

Instrumento de ação planejada e transparente que permita a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar a manutenção da atividade jurisdicional.

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Estrutura por Programação

O Plano de Ação Governamental – PAG é estruturado em cinco Programas com objetivos distintos onde são apresentados os projetos, as ações e as respectivas despesas com custeio e investimentos previstos, estimativamente, para o biênio.

Assim, o Plano de Ação Governamental – PAG para 2021/2022 totaliza o montante de R\$ 303,607 milhões, estando distribuídos:

Programas PAG:

1 Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

2 Racionalização da Prestação Jurisdicional

3 Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

4 Infraestrutura e Segurança das Edificações
do Poder Judiciário

5 Desenvolvimento das Políticas Institucionais

TOTAL GERAL

R\$ 303.607.870

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 1

Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 27 milhões, sendo composto por **uma ação operacional**, a saber:

AÇÃO OPERACIONAL

Bolsa de Estudo de Juiz Leigo

TOTAL R\$ 27.000.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 1

Incrementar a quantidade de sentenças proferidas por meio do acompanhamento da atuação dos juízes leigos.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 1

Necessidade de promover a atuação do Juiz Leigo com metas de produtividade capazes de atender às demandas dos Juizados Especiais, sem prejuízo da qualidade técnico-jurídica de suas decisões. Legislação: Resolução CNJ nº 174/2013.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 2

Racionalização da Prestação Jurisdicional

O referido programa totaliza a importância de R\$ 40,627 milhões, sendo composto por **quatro projetos estratégicos e uma ação operacional**, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)

Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade)

Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)

Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)

AÇÃO OPERACIONAL

Fortalecimento de Perícias

TOTAL R\$ 40.627.049

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 2

Adotar medidas que promovam maior celeridade processual e efetividade da prestação jurisdicional através da Implantação de projetos que contribuam para melhoria na prestação jurisdicional garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem para o incremento da celeridade dos provimentos jurisdicionais.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 2

Necessidade da adoção de instrumentos que auxiliem no alcance da redução da taxa de congestionamento da 1ª Instância e na viabilização e melhor desempenho da prestação jurisdicional.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 3

Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

O referido programa totaliza a importância de R\$ 176,011 milhões, sendo composto por **dez projetos estratégicos**, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje (continuidade)

Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 4 (continuidade)

Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)

Ações Integradas de Saúde (continuidade)

Justiça 4.0

Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais

Digitalização de Processos Físicos

Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)

Estudo para a Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade)

TOTAL R\$ 176.011.422

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 3

Garantir a evolução continuada da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, reduzindo a defasagem tecnológica relacionada aos sistemas, softwares e hardwares através da atualização dos sistemas administrativos, judiciais e corporativos, com desenvolvimento e aquisição de ferramentas de TI.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 3

Necessidade de adoção de medidas afetas à gestão corporativa da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, evitando riscos relacionados à defasagem tecnológica e em atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021 e Lei Federal nº 11.419/2006.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 4

Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

O referido programa totaliza a importância de R\$ 27,369 milhões, sendo composto por **dois projetos estratégicos e dezessete ações operacionais**, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)

Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)

AÇÕES OPERACIONAIS

Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo

Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas

Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ

Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri

Videoconferência do Complexo Prisional de Magé

Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis

Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua

Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios

Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras

Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itatiaia

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador

Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia

Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira

TOTAL R\$ 27.369.000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 4

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 4

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança através de adoção de medidas técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação de empresa e aquisição de equipamentos, visando a construção, reformas e adequação das instalações físicas do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 4

Atender às condições de sustentabilidade e acessibilidade das edificações do Poder Judiciário, em face das Leis Federais nº 10048/2000 e nº 10098/2000, da Resolução nº 114/2010 do CNJ e da Norma Técnica - NBR 9050 da ABNT, bem como contribuir para a formação de ambientes saudáveis que proporcionem eficiência e qualidade operacional nos serviços prestados à sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 5

PROGRAMA PAG 5

Desenvolvimento das Políticas Institucionais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 32,600 milhões, sendo composto por **vinte projetos estratégicos**, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)

Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)

Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade)

Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG

Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)

Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line

Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)

Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I

Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença

Programa de Formação Integral de Gestores - FIG

Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência

Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia - Capital

Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)

Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais

Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Mediação e Conciliação Extrajudicial

Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna

Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade)

Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade)

Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)

TOTAL R\$ 32.600.399

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 5

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 5

Estabelecer diretrizes gerais que expressem os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão do Poder Judiciário, objetivando alcançar a visão, pautando-se sempre pelos valores institucionais.

O desenvolvimento das políticas institucionais baliza-se em focar os resultados sociais, na busca pela excelência no atendimento à sociedade, na promoção da responsabilidade social, na priorização das demandas da sociedade e na valorização dos magistrados e servidores.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 5

Necessidade de adoção de medidas afetas ao desenvolvimento das políticas institucionais do Poder Judiciário, através de projetos que permitam a comunicação com a sociedade, a valorização das pessoas, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1: APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2: RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3: GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4: INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5: DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Concluída a exposição detalhada dos Programas que integram o Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2021/2022, apresenta-se em anexo, de forma consolidada, os projetos estratégicos e ações operacionais que materializam o referido Plano.

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PAG BIÊNIO 2021-2022

PROGRAMA PAG	2021	2022	TOTAL
1. Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	13.000.000	14.000.000	27.000.000
Ação Operacional	13.000.000	14.000.000	27.000.000
Bolsa de Estudo de Juiz Leigo			
2. Racionalização da Prestação Jurisdicional	19.052.570	21.574.479	40.627.049
Projetos Estratégicos	9.780.000	11.855.000	21.635.000
Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Camaras Cíveis e Criminais (continuidade)			
Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)			
Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)			
Ação Operacional	9.272.570	9.719.479	18.992.049
Fortalecimento de Perícias			
3. Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação	82.349.422	93.662.000	176.011.422
Projetos Estratégicos	82.349.422	93.662.000	176.011.422
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade)			
Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)			
Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)			
Ações Integradas de Saúde (continuidade)			
Justiça 4.0			

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais

Digitalização de Processos Físicos

Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)

Estudo para Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade)

4. Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário	14.147.500	13.221.500	27.369.000
Projetos Estratégicos	490.000	490.000	980.000

Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)

Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)

Ações Operacionais	13.657.500	12.731.500	26.389.000
---------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo

Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas

Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ

Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri

Videoconferência do Complexo Prisional de Magé

Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis

Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua

Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios

Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras

Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itatiaia

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador

Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia

Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul

Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:
APRIMORAMENTO DO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:
RACIONALIZAÇÃO DA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:
GESTÃO CORPORATIVA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS
EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:
DESENVOLVIMENTO DAS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

5. Desenvolvimento das Políticas Institucionais	14.605.376	17.995.023	32.600.399
Projetos Estratégicos	14.605.376	17.995.023	32.600.399
Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)			
Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)			
Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade)			
Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLLOG			
Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)			
Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line			
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I			
Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença			
Programa de Formação Integral de Gestores - FIG			
Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência			
Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia - Capital			
Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)			
Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais			
Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro			
Mediação e Conciliação Extrajudicial			
Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna			
Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade)			
Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade)			
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)			
TOTAL GERAL	143.154.868	160.453.001	303.607.870